



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

## Lei Ordinária nº 1.501, de 7 de abril de 2.016.

*"Dispõe sobre o Programa de Anistia e Parcelamento Especial de Crédito Não-Tributário e dá outras providências."*

O Prefeito Municipal de Careaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e ele, prefeito, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Anistia e Parcelamento Especial de Crédito Não Tributário havido em razão do programa municipal de financiamento imobiliário, firmado entre o mutuário/contribuinte e o Município de Careaçu, formalizado ou não, inscrito ou não em dívida ativa, ajuizado ou não a sua cobrança.

**Art. 2º** O ingresso no programa dar-se-á por opção do beneficiário, que será formalizado mediante:

I - requerimento de habilitação, a ser disponibilizado pelo Departamento Municipal de Tributos, firmado pelo contribuinte, por seu representante legal ou por seu procurador munido de procuração pública ou particular com firma reconhecida pelo Cartório de Notas com poderes específicos;

II - pagamento da parcela única ou primeira parcela;

III - expressa desistência de parcelamentos firmados anteriormente a esta Lei, quando for o caso;

IV - adesão ao disposto nesta Lei.

**Art. 3º** O Crédito Não-Tributário consolidado de que trata esta lei, devidamente corrigido monetariamente, poderá ser pago nas seguintes condições:

I - para pagamento integral e à vista:

a) desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora;

II - para pagamento parcelado:

a) desconto de 70% (setenta por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, para pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais;

b) desconto de 60% (sessenta por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, para pagamento de 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais;

c) desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, para pagamento de 25 (vinte e cinco) até 36 (trinta e seis) parcelas mensais;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

**Art. 4º** O parcelamento previsto nesta Lei será pago em parcelas mensais, iguais e sucessivas, cuja data de vencimento será a correspondente aos meses subsequentes ao do pagamento da primeira parcela a título de entrada prévia, observado que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

**Parágrafo único.** A cada início de exercício o valor das parcelas será ajustado de acordo com o índice do INPC.

**Art. 5º** A adesão ao benefício criado por esta Lei importa o reconhecimento da dívida e a incondicional e definitiva desistência de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo correspondente ou relacionado a eles.

**§ 1º** Na hipótese prevista no caput, os benefícios desta Lei somente abrangerão o saldo devedor existente.

**§ 2º** Os benefícios desta Lei não alcançam importâncias já recolhidas, sendo vedado qualquer tipo de restituição.

**Art. 6º** Na hipótese de débito ajuizado, as custas, honorários advocatícios fixados em decisão judicial e demais despesas processuais deverão ser integralmente quitadas pelo interessado no ato da adesão ao Programa, salvo isenção determinada pelo Poder Judiciário.

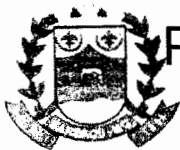
**Art. 7º** Os descontos previstos nesta Lei não se aplicam aos créditos objeto de transação e de compensação.

**Art. 8º** O atraso no pagamento de qualquer parcela, por período superior a 30 (trinta) dias, implicará o cancelamento do parcelamento e a restauração do valor original dos créditos reduzidos na forma desta Lei relativamente às parcelas não pagas.

**Art. 9º** Fica a Advocacia do Município autorizada a desistir das execuções fiscais cujo crédito exequendo corrigido seja inferior a R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e das execuções fiscais distribuídas antes de 31 de dezembro de 2015, cujo crédito exequendo seja inferior a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), desde que, em ambos os casos, não haja incidência de causa de suspensão da exigibilidade do crédito em execução.

**§ 1º** O procedimento para desistência das execuções fiscais, bem como o cancelamento do crédito respectivo, será formalizado através de Processo Administrativo específico para esse fim.

**§ 2º** A execução fiscal também será passível de desistência e cancelamento do crédito respectivo quando se verificar saldo residual igual ou inferior ao valor definido no caput deste artigo, originário de pagamento a menor, procedido caso a caso.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

§ 3º Para fins de aplicação do disposto no caput, será considerado o valor atualizado da execução na data da abertura do processo administrativo.

**Art. 10.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Careaçu, 7 de abril de 2.016.

**Djalma Pelegrini**  
**Prefeito Municipal**

Aos 7 de abril de 2.016, foi publicado no mural da recepção da Prefeitura Municipal de Careaçú a **Lei nº 1.501/2.016**. Careaçú, 7 de abril de 2.016. \_\_\_\_\_ (Dra. Juliana Bertinato Barroso – Assessora Jurídica Municipal-OAB-MG 105.387)